

EDUCAÇÃO SEXUAL: COMO ENSINAR NO ESPAÇO DA ESCOLA

Mary Neide Damico Figueiró¹

Resumo: O presente artigo reflete sobre como ensinar no espaço da escola, no que se refere ao ensino formal, planejado e sistematizado, assim como ao informal, partindo das situações espontâneas que acontecem no cotidiano escolar. Aborda variadas estratégias de ensino, explicitando o fundamento metodológico que as sustenta. Analisa o papel do educador e do educando, ressaltando a importância da participação ativa deste último como sujeito que constrói conhecimento e que deve ser agente autônomo e co-responsável por sua formação pessoal. As reflexões são voltadas para o contexto da escola regular *inclusiva*, na qual, segundo a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ser inseridas. Este é um novo desafio que se apresenta aos professores, ao mesmo tempo em que os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem que ensinem sobre sexualidade. Pensar a escola inclusiva é oportuno ao se falar sobre Educação Sexual pois, tanto uma quanto a outra devem estar voltadas para o acolhimento da diversidade humana, seja do indivíduo com necessidades educacionais especiais, seja dos discriminados pela forma diferente de viver sua sexualidade.

Palavras-chaves: Educação sexual. Escola inclusiva. Estratégias de ensino.

SEXUAL EDUCATION: HOW TO TEACH IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

Abstract: This article reflects upon how to teach in the school environment concerning not only the formal teaching which is planned and systematized, but also the informal one, based on spontaneous situations which occur in the school daily routine. It deals with varied teaching strategies, showing the methodological fundamentals that support them. It also analyzes the roles of the teacher and the learner, highlighting the importance of active participation of the latter as a subject who builds knowledge and must be an autonomous agent and co-responsible for his/her personal formation. The reflections are focused on the context of the *inclusive* regular school where, according to the Federal Educational Rules and Regulations from 1996, people with special educational needs must be inserted. This is a new challenge for the teacher who is being asked to teach about sexuality, based on the National Curricular Parameters. Thinking about the inclusive school is appropriate as we talk about Sexual Education for both of them must face the receptiveness of human diversity, either of the individual with special educational needs or the prejudiced ones, because of their different way of living their sexuality.

Key-words: Sexual education. Inclusive school. Teaching strategies.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Sexual vem sendo reconhecida, pela maioria dos professores, como necessária e importante no processo formativo dos alunos. Muitos deles se preocupam e se

¹ Psicóloga e docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UEL. Mestre em Psicologia Escolar / USP de São Paulo e Doutora em Educação / UNESP, Marília, SP. Especialista em Educação Sexual pela Sociedade Brasileira de Educação Sexual. (SBRASH).

sentem, em vários momentos, inseguros e até temerosos, diante dessa tarefa. Sabemos que todo o processo formativo dos professores, tanto no Magistério, quanto nas licenciaturas, não os tem preparado para abordar a questão da sexualidade no espaço da escola. Portanto, é compreensível o sentimento de insegurança e a preocupação.

Qual seria o papel do professor que se dispõe a falar sobre sexualidade no espaço da escola? Alguns pais se preocupam, justamente, por temer que os professores passem, para seus filhos, os valores que eles, professores, defendem. Assim, por exemplo, pais conservadores, que defendem a virgindade até o casamento (para as filhas, na maioria das vezes), temem que professores possam pregar valores divergentes, incentivando, no caso, o sexo antes do casamento. O contrário também pode acontecer, ou seja, pais que pretendem que seus filhos sejam livres para decidir, com responsabilidade, sobre sua vida sexual, temem que professores conservadores venham lhes inculcar idéias de pecado. Teriam direito, os professores, de influenciar seus alunos com seus valores pessoais sobre o que consideram certo ou errado? Certamente não; cabe a eles criar oportunidades várias de reflexão, para que os alunos pensem e discutam com os colegas, a fim de que formem sua própria opinião sobre sexo pré-matrimonial, masturbação, homossexualidade e aborto, entre outros. Cabe também ao professor fazer com que os alunos tenham acesso a informações claras, objetivas e científicas sobre a sexualidade.

Inicialmente, é preciso que tenhamos clareza sobre o significado do sexo e da sexualidade. O primeiro está relacionado diretamente ao ato sexual e à satisfação da necessidade biológica de obter prazer sexual, necessidade essa que todo ser humano, seja normal ou com necessidades educacionais especiais, traz consigo desde que nasce. Sexualidade, por sua vez, inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade. Inclui, também, os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual. Apesar da abrangência maior da sexualidade, merecem ser devidamente considerados o papel e o valor do sexo; para isso, recorro a Machado (1995) que o define como “um modo de as pessoas se encontrarem e fazerem deste encontro um momento muito agradável e prazeroso, cheio de atos carinhosos e tornando as pessoas muito íntimas e ligadas entre si.” (*op. cit.*, p. 60)

Atualmente, muitas são as publicações com a finalidade exclusiva de propor técnicas de ensino da sexualidade e este texto não pretende esgotar os modelos existentes, mas apresentar um apanhado geral das várias possibilidades, para pensá-las a partir do contexto da escola inclusiva, buscando a reflexão dos elementos norteadores fundamentais na seleção de

uma dada estratégia, bem como de alguns princípios que devem anteceder a própria busca por estratégias.

2 METODOLOGIA DE ENSINO DA SEXUALIDADE

Considero válido começarmos este tópico abordando como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) propõem que se ensine sobre sexualidade nas escolas, para, em seguida, tratarmos de vários modelos de estratégias. Conforme já é sabido pelos professores, segundo os PCNs, a Educação Sexual deve ser inserida como um *tema transversal*, ou seja, como um assunto ministrado no interior das várias áreas de conhecimento, perpassando cada uma delas. Assim, ela pode ser ensinada nas aulas de Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática, Ciências Naturais, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira. Importante lembrar todo o conjunto dos *temas transversais*, que envolvem ética, educação ambiental, “orientação sexual”, pluralidade cultural, saúde e trabalho e consumo.

De acordo com a proposta dos PCNs, a Educação Sexual, como prefiro denominar, por razões que já defendi em várias publicações (FIGUEIRÓ, 1996, 2001a, 2001b), pode ser incluída da 1ª à 8ª série, de duas formas:

- a) “dentro da programação”: o conteúdo de sexualidade proposto é organizado, planejado e dividido entre os professores de cada série. Pode ser que, numa série, sejam os professores de Português, História e Ciências que se considerem capazes e queiram ensinar sobre sexualidade e, assim, ensinarão o conteúdo dentro de suas próprias aulas. Em outra série, pode ser a professora de Matemática e a de Educação Física, por exemplo. Quando a professora é a única da sala, como acontece nas séries iniciais, necessita organizar-se para ensinar os conteúdos estipulados dentro de algumas áreas de conhecimento, nas quais houver condições de inserir.
- b) como “extra-programação”: todo e qualquer professor, sem planejamento prévio, aproveita uma situação, um fato que acontece espontaneamente, para, a partir daí, ensinar sobre sexualidade, ou transmitir uma mensagem positiva sobre a mesma; aproveita, enfim, para educar sexualmente. (BRASIL, 1998 e 2000)

Além das duas formas de fazer a *transversalidade*, de acordo com os PCNs, cada escola poderá criar, de 5ª a 8ª série, espaço e horário próprios para que os alunos tenham, semanal ou quinzenalmente, por exemplo, aula específica de Educação Sexual. Pode ser dentro do horário regular, ou em horário extra, ou seja, num período no qual os alunos não

tenham aula. Em cada escola, os profissionais analisarão qual a melhor forma de trabalhar e quais professores poderão comprometer-se com o ensino planejado da sexualidade.

Vejo como incentivo o depoimento de uma professora que ensinou sexualidade como *tema transversal* nas aulas de Português e que, sob minha orientação, escreveu sua monografia com base nesta experiência. Afirmou ela:

Eu penso assim: se os professores levarem a sério os novos Parâmetros, com certeza, têm como trabalhar todas as propostas dos temas transversais, além do conteúdo da própria disciplina. Porque “casa”. Não precisa nem você buscar muita coisa! A própria disciplina traz o tema pra sala. (FIGUEIRÓ, 2001b, p.47)

As duas formas de se ensinar sobre sexualidade, propostas pelos PCNs, correspondem aos dois tipos de Educação Sexual estabelecidos por Werebe (1981): a Educação Sexual formal, que equivale a ensinar “dentro da programação”, fazendo planejamento prévio e a Educação Sexual informal, que equivale à “extra-programação”, isto é, aproveitar, de forma espontânea, um fato, uma pergunta, uma situação ocorrida e, ensinar a partir daí. Para ilustrar esta segunda forma de trabalhar, é oportuno incluir o relato que vem em seguida.

Um garoto deficiente mental, de aproximadamente 14 anos, estava na sala de aula, em uma APAE, quando se levantou e foi até a mesa da professora, levando nas mãos um saquinho para geladinho, que é estreito e comprido, e uma régua pequena. Pondo essa última dentro do saquinho, disse: “*Olha professora, não parece que eu estou pondo a camisinha no pênis?*” (FIGUEIRÓ, 1999, p.67).

Esta é uma situação que oferece oportunidade para a professora começar a falar sobre o assunto. Ela poderia ter explorado a conversa e respondido: “*É mesmo! Parece! E você sabe para que serve a camisinha?*” A partir daí, explicaria sobre a função da mesma na prevenção da gravidez e da contaminação de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). Seria bom envolver todos os alunos, colocando-os a par da pergunta feita e os motivando para falar sobre o tema. Imaginando que não se sentisse preparada para falar sobre o assunto, naquele momento, a professora poderia lançar sua pergunta, deixar que falassem quais idéias tinham sobre e prometer explicar na próxima aula, ou convidar uma outra professora da escola para fazê-lo.

A partir desse ocorrido, poderia ser iniciado um trabalho mais extensivo, no qual um assunto “puxaria” o outro. Assim, pois, ao falar da camisinha como método contraceptivo, outros assuntos teriam a possibilidade de ser abordados, como por exemplo, concepção, ato sexual, parto, cesariana, menstruação, outros métodos contraceptivos, etc.

Infelizmente, no fato ocorrido, a professora respondeu ao aluno da seguinte forma: “*É, parece! Mas vai se sentar, pois isso não é um pênis e nem isso, uma camisinha!*” Ao contar-me o fato, comentou: “*Consegui me sair bem da situação!*” Ao procurar “sair-se bem da situação”, fugindo da mesma, a professora fez com que o aluno aprendesse que este não é um assunto natural a respeito do qual se pode conversar tranqüilamente. Na verdade, é bom quando o educador consegue sair-se bem na situação.

Uma das professoras que participou dos Grupos de Estudos sobre Educação Sexual, que desenvolvo na Universidade Estadual de Londrina, escreveu:

É uma pena que as pessoas que participam do curso, em sua maioria, chegam com a intenção de aprender a “cortar” a curiosidade dos alunos ou resolver de forma conservadora. Mas no decorrer do curso, percebem e crescem, conseguindo ver realmente como trabalhar com as crianças e adolescentes. (FIGUEIRÓ, 2001b, p.116)

Diante da instrução de alguns estudiosos da Educação Sexual de que só se deve responder ao que a criança pergunta, satisfazendo a curiosidade do momento, eu refuto, afirmando que, não basta responder, é preciso conversar. Portanto, uma pergunta feita por uma criança pode ser uma “porta” para um bom e proveitoso bate-papo sobre sexualidade.

Como uma segunda ilustração sobre o ensino, de acordo com os moldes da “extra-programação”, vale a pena inserir mais um fato acontecido. Os alunos de 3ª série faziam uma atividade em grupo, a fim de aprenderem a procurar palavras no dicionário. De repente, a professora começou a ouvir rizinhos e, ao indagar sobre os motivos do riso, alguém explicou que era porque estavam procurando as palavras: pinto e boceta. Então, ela foi até a lousa, escreveu ambas as palavras no quadro e pediu para o aluno ler o significado apresentado pelo dicionário e ia escrevendo para todos acompanharem. Ficou escrito que pinto é o filho da galinha, ou franguinho e que boceta é uma caixinha redonda ou oval. A professora falou mais ou menos assim: “*Viu, gente, o que significam essas palavras? Não é nada do que vocês estão pensando!*” (FIGUEIRÓ, 1999, p. 89).

Apesar de a turma ter ficado em silêncio e parecer ter aceito a resposta, é possível crer que tenham percebido que a professora quis desconversar o assunto.

Dependendo do dicionário, os únicos sinônimos que aparecem são o de franguinho e o de caixinha oval. Em muitos, nem se encontra a palavra boceta. Se consultarmos o Dicionário Aurélio, encontramos, entre outros significados, os seguintes: Pinto: *chulo* = o pênis [chulo, quer dizer: vulgar] e Boceta: *chulo* = a vulva. A professora perdeu uma oportunidade de conversar tranqüilamente sobre os nomes científicos e os

apelidos dados aos órgãos sexuais. Fazê-lo, ajudaria os alunos a encararem com naturalidade estes termos e, portanto, contribuiria para a Educação Sexual dos mesmos.

Observe que nos exercícios dos livros didáticos não se encontra nenhuma palavra ligada à sexualidade. Não é por acaso que isso acontece. Poderiam constar, por exemplo, palavras como: espermatozóide, menstruação, óvulo, útero, cesariana e assim por diante. Poderiam estar contidas nos grupos de palavras em que se pede ao aluno para separar as sílabas, procurar palavras no dicionário, formar frases com um conjunto de palavras, etc. Seria um meio de instigar os alunos a perguntarem; seria criar oportunidades para conversar sobre o assunto. Seria, também, uma forma de mostrar aos alunos que os adultos consideram estas palavras tão naturais como as outras de nosso vocabulário. Mas a verdade é que a maioria não consegue encarar assim.

Vitiello (1997) sugere a dinâmica da “dessensibilização pela palavra”, que consiste, justamente, em criar oportunidades para que os educandos pronunciem, em situação de grupo, as terminologias científicas e, em especial, os apelidos ligados aos órgãos sexuais, assim como todas as palavras que têm a ver com sexo. Na seqüência dessa dinâmica, é importante dar espaço para que cada um possa refletir e falar sobre os sentimentos que as palavras mobilizaram durante exercício ou vem mobilizando em sua vida cotidiana. Pode ser funcional com educandos das várias faixas etárias, assim como com professores em situação de formação.

Em minha experiência com professores, vários são os que fizeram uso da dinâmica dos apelidos e que obtiveram bons resultados, seja com alunos de séries iniciais, seja com pré-adolescentes ou adolescentes. Isso desmistifica e parece diminuir a ansiedade e o interesse em ficar usando termos “pesados”, muitas vezes, para provocar a professora. Outros autores, como Guirado (1997) e Paiva (2000), apóiam a idéia de exercitar a pronúncia de apelidos e palavrões para dessensibilizar.

Risos podem acontecer durante este exercício, ou mesmo em outros, e é natural que aconteçam. O professor não deve inibir a espontaneidade do riso, mas propiciar que se manifeste, pois é uma forma de extravasar o constrangimento que, comumente, acompanha o falar sobre o assunto. Se permitidos, aos poucos, os risos esvanecem significativamente.

Retomando os dois fatos que narrei, o que deve ficar claro é que todos educamos sexualmente nossos alunos, mesmo que não tenhamos consciência, através da forma como lidamos com as situações do dia-a-dia. Com a nossa postura, contribuimos para que o aluno forme uma imagem positiva ou negativa do corpo, da sexualidade e do relacionamento sexual. E, cada uma das situações, dos fatos, das pequenas perguntas feitas, é uma oportunidade para

o aprendizado “extra-programação”, como propõem os PCNs. No livro “Educação Sexual no dia a dia” (FIGUEIRÓ, 1999), apresento vários fatos e situações do cotidiano escolar e familiar, seguidos de reflexão sobre as implicações de diferentes formas de lidar.

Quanto à realização da Educação Sexual formal, ou seja, quanto ao trabalho “dentro da programação” e que exige planejamento prévio, pode-se recorrer a várias estratégias de ensino, as quais devem estar ancoradas nos seguintes princípios:

- educar sexualmente é muito mais que ensinar os conteúdos de biologia e fisiologia da sexualidade;
- educar sexualmente é criar oportunidades para o aluno expressar seus sentimentos, angústias e dúvidas, refletir sobre suas atitudes e rever preconceitos;
- para educar sexualmente é preciso saber ouvir;
- o aluno deve ser visto como sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem e deve ter muito espaço para falar e ouvir seus colegas;
- o professor deve ser a pessoa que cria as condições para o aluno aprender, ao invés de ser um simples transmissor de conhecimentos.

Uma postura básica, que vem complementar estes princípios, consiste em o professor estimular a espontaneidade da garotada e, antes de iniciar, ou mesmo aprofundar um assunto e dar todas as respostas, começar com as dúvidas que o grupo tem e com o que já sabe sobre o assunto. Assim, antes de explicar sobre a AIDS, por exemplo, o professor pode propor que façam uma redação sobre o tema; ou dividir os alunos em grupos para relacionar o que pensam e associam com a AIDS; ou, ainda, solicitar que façam uma lista sobre os meios da transmissão da doença que já conhecem. Deste modo, consegue-se trabalhar com as dúvidas que os alunos têm, na forma como elas estão na cabeça deles. (PAIVA, 2000)

Ao começar um trabalho sobre métodos contraceptivos, pode-se pedir aos alunos que relacionem quais métodos já conhecem, os que acreditam ser os mais seguros e quais se dispõem, ou não, a usar e por quê.

O ensino da sexualidade não pode limitar-se à aula expositiva, embora, em vários momentos, ela pode fazer-se necessária, pois há conteúdos básicos que requerem explanação teórica por parte do professor. Mesmo assim, é preciso cuidado para que não seja um monólogo, onde apenas ele exponha, mas, pelo contrário, que consiga desenvolver uma aula expositivo-dialogada, conforme defendem Ronca e Escobar (1984), na qual o aluno é envolvido, ativamente, no processo de explicação do conteúdo, seja por perguntas que lhe são lançadas, seja por exemplos que lhe são solicitados e pela possibilidade de participar com opiniões, colocação de dúvidas e expressão de sentimentos.

Muitos professores mostram-se surpresos ao constatar o quanto os alunos participam ativamente, se lhes é dada a oportunidade de falar, de perguntar e de expressar o

que pensam e o que sentem. Isto deixa o professor mais tranqüilo e à vontade, enriquece a aula e gera um trabalho descontraído e espontâneo, sem comprometer a seriedade e a qualidade. Esta forma de ensinar faz fugir, então, do padrão tradicional de aula dogmática, puramente expositiva.

Assim sendo, a aula expositiva é indicada neste campo, desde que se leve em conta a espontaneidade dos alunos, que se dê espaço para as dúvidas e que possa ser combinada com outras estratégias.

Uma segunda e importante estratégia para ser usada em Educação Sexual é o chamado debate aberto, já reconhecido como eficaz nas experiências pioneiras no Brasil, na década de 1970. Consiste em dispor os educandos, na classe como um todo, para debater e trocar idéias com seus colegas sobre o tema em estudo. É isto que possibilita aos alunos entrarem em contato com diferentes posicionamentos para, a partir daí, formar suas próprias opiniões e se preparar para tomar decisões próprias.

Camargo e Ribeiro (1999), de uma forma muito interessante, dão mostras de que o debate pode também se dar entre crianças pequenas, quando o assunto é sexualidade. Particularmente, fiquei surpresa ao ler os exemplos de bate-papo entre crianças de cinco anos, apresentados pelas autoras, uma vez que, muitas educadoras de crianças de sete a dez anos, aproximadamente, com quem tive contato, relatavam sobre a dificuldade de levá-las ao debate; creio que a questão deve, então, estar na forma de condução e coordenação do mesmo, bem como no processo do envolvimento do grupo no trabalho, o que, por sua vez, depende do clima de descontração e confiança que se consegue criar.

Denari (1997), por sua vez, demonstrou, em sua pesquisa, a possibilidade de bons debates num grupo de adolescentes com necessidades especiais que, apesar da deficiência mental moderada, conseguiram engajar-se tanto em discussões, quanto em dinâmicas de grupo variadas.

A fim de conduzir ao debate, o professor tanto pode partir de uma pergunta por ele lançada, como de uma ou mais perguntas que os próprios alunos tenham apresentado. Pode, ainda, fazer uso de questões planejadas, anteriormente, para este fim. É interessante seguir alguns passos: primeiro, propor as questões para que o aluno pense individualmente, podendo registrar por escrito sua resposta; num segundo momento, os alunos procedem a um bate-papo, em grupos de duas a quatro pessoas; por último, passa-se ao debate aberto. O uso das questões para fazer pensar pode ser feito antes de se começar a estudar um tema, durante o andamento do estudo do tema, ou mesmo em seu encerramento. Como exemplo desse tipo de questão, podemos citar: “O que você pensa sobre a virgindade para rapazes e moças?”

Quais são as condições necessárias para alguém iniciar a sua vida sexual? O que você pensa sobre o ‘ficar’?” Tanto no livro de Wüsthof (1994), quanto de Suplicy (1988), há vários exemplos dessas questões, nos variados temas.

O debate aberto pode ser usado para complementar uma aula expositivo-dialogada, ou um trabalho feito com outras técnicas de ensino.

Outra estratégia que também tem se mostrado fundamental e imprescindível, na Educação Sexual, é a dramatização. Como exemplo, pode-se pedir aos alunos para dramatizarem a conversa entre duas amigas, no qual uma delas está em dúvida se concorda em transar ou não com o namorado; a situação de uma garota tendo que contar para o namorado e, depois para a mãe, que está grávida; a situação de alguém que transou sem camisinha e está apavorada, ou apavorado, diante da possibilidade de estar com AIDS, ou diante da possibilidade de estar grávida, ou ter engravidado a namorada; e assim por diante.

É útil repetir a encenação com as pessoas trocando de papéis e, sempre ao final de uma dramatização, tanto os atores, quanto os alunos que assistiram, devem ter oportunidade para falar sobre como se sentiram e que pensamentos elaboraram durante o momento em que a encenação ocorreu.

Paiva (2000), em seu livro “Fazendo arte com camisinha”, defende a riqueza do trabalho com cenas, isto é, com dramatizações, a ponto, porém, de colocar em segundo plano, ou mesmo desdenhar o valor do debate em grupo. Diz a autora:

o drama torna a conscientização de si mesmo e das conversas culturais que bloqueiam a encenação da vontade muito mais significativa, bem mais carregada emocionalmente do que a falação em grupo. Uma cena viva tem mais legitimidade para um público com pouca paciência para escutar discursos conceituais ou que tem pouca prática de refletir sobre o próprio “texto” (ou fala). (op. cit., p. 212)

Fica destacada a supremacia da dramatização, quando a autora esclarece sobre as possibilidades que a cena abre, ao dizer que

A partir das cenas podemos criar um laboratório onde eles [os atores] se experimentam como sujeitos sexuais e criam soluções para cada obstáculo. É um exercício que facilita a colaboração dos educadores – em oposição à pregação, modelagem ou ao receituário – porque a participação é sempre muito mais espontânea. (PAIVA, 2000, p. 211)

Concordo com esta idéia e defendo o uso, sempre que possível, da dramatização, bem como de outras dinâmicas, porém, acredito que haverá momentos, na sala de aula, em que o tempo que se dispõe não é o suficiente e, portanto, às vezes, tem-se que contar com estratégias de ensino menos morosas. Penso que um bom debate aberto, tanto quanto uma boa

aula expositivo-dialogada, podem ser proveitosos e alcançarem seus objetivos, se conduzidos adequadamente.

Uma experiência desenvolvida na Universidade Estadual de Londrina, por Ferreira (2002), mostra que, através do teatro, da encenação, adolescentes com Síndrome de Down conseguem refletir, discutir, enfim, trabalhar temas ligados ao namoro e à sexualidade, além de outros ligados à vida social como um todo.

Referir-se à dramatização como estratégia de ensino nos possibilita reconhecer a necessidade de buscar, sempre que possível, métodos que revalorizem o diálogo, o autoconhecimento e a integração entre pensar, sentir e agir e que, também, criem um ambiente de confiança e de reflexão. Desta forma, também é funcional fazer uso de dinâmicas de grupo, desenho, modelagem, assim como recorte e colagem.

Em se tratando de dinâmicas de grupo, podemos encontrar farto material bibliográfico. Entre eles, cito alguns: Barroso e Bruschini (1985), Paiva (2000), Peres *et al.* (2000), Rena (2001), Serrão e Baleeiro (1999) e Vitiello (1997).

O livro de Serrão e Baleeiro (1999) tem uma característica que o diferencia dos demais, porque traz uma grande variedade de dinâmicas de grupo aplicáveis ao ensino de todos os *temas transversais* propostos pelos PCNs. Segundo essas autoras, as dinâmicas são recursos para facilitar a construção de conhecimentos e a elaboração de sentimentos e precisam estar integradas a um objetivo maior, o que significa que devem ser usadas como um meio e não como um fim em si mesmas. Para elas, é preciso observar dois cuidados fundamentais:

cuidar do processo reflexivo e educativo contido na dinâmica, evitando ficar restrito apenas aos aspectos lúdicos da atividade realizada; não esperar resultados imediatos, já que em trabalhos de desenvolvimento pessoal e social muitas vezes os resultados se consolidam a médio e longo prazo.
(SERRÃO; BALEEIRO, 1999, p. 63)

Com relação ao uso do desenho como estratégia de ensino, dois exemplos podem ser inseridos. Numa aula com crianças pequenas em que se vai falar sobre de onde vêm os bebês, pode-se pedir a elas que desenhem, primeiramente, o que sabem a respeito. Na seqüência, o professor dá oportunidade para as crianças falarem sobre seus desenhos, exporem o que pensam e, depois, complementa e corrige as idéias enviesadas. Como segundo exemplo, numa aula em que se vai falar sobre o corpo humano, pode-se pedir aos alunos para fazerem um desenho do menino e outro da menina, nomeando as várias partes do corpo. Ou, então, a classe pode ser dividida em duas e, uma metade faz um cartaz com o desenho do corpo masculino, e a outra metade, do feminino. É comum que se coloque uma folha grande no

chão, alguém deita sobre o papel e o grupo desenha acompanhando o contorno do corpo do colega. Caso os alunos não desenhem o órgão sexual, deve-se perguntar por que não o fizeram, pedir para fazer e colocar o nome. Se insistirem em não desenhar, aproveitar para conversar sobre essa dificuldade.

Na experiência já comentada, em que Ferreira (2002) trabalhou com jovens portadores de Síndrome de Down, através do teatro, também foi pedido a eles que desenhassem o que pensavam ou sabiam sobre namoro, sexo e casamento.

Numa primeira observação, podia-se inferir que as ilustrações nada tinham a ver com sexualidade, ou até mesmo que não tinham significado algum. Isto por serem desenhos precários, decorrentes da deficiência mental e/ou da incoordenação motora dos atores, que podem limitar a representação, com alta resolução gráfica, do que pensam, percebem e sentem acerca da questão. Mas, certamente, a dificuldade de fazer a leitura de seus desenhos não poderia prejudicar a mensagem neles contidas. (op. cit., p. 51)

Nesta situação, segundo a autora, foi a oportunidade dada aos atores de falar sobre sua representação gráfica que fez com que se pudesse aproveitar o conteúdo expresso através do desenho.

Para ilustrar o uso da modelagem como estratégia de ensino, tanto com crianças, quanto com adolescentes ou jovens, podemos solicitar que façam uma escultura da figura humana, usando argila. Rena (2001), que desenvolveu um conjunto de oficinas com adolescentes, comenta sobre o uso dessa dinâmica e relaciona algumas questões que propôs aos alunos, após terminarem sua escultura: “Estou satisfeito com o que fui capaz de fazer? Por quê? O que foi mais difícil nesta tarefa? Que sentimentos e sensações experimentei durante o trabalho? Qual o sexo da figura que construí?” (op. cit., p. 96-7).

Como atividade com recortes e colagem, temos o exemplo de um trabalho inicial, em que se pede ao adolescente que recorte gravuras de revistas dispostas na sala e monte um cartaz com figuras que demonstrem o que pensa sobre o sexo; na seqüência, cada aluno fala, ao grupo todo, sobre seu cartaz.

Complementando a relação de estratégias de ensino, podemos citar o uso de recursos como filmes, músicas, cenas de novelas, livros de literatura, pesquisas, manchetes de revistas e de jornais. Creio que comentários sejam dispensáveis, pois os professores sabem como explorar, de maneira construtiva, o uso desses recursos.

Ribeiro (1996) relata sua experiência com crianças da Educação Infantil e mostra como o educador pode fazer uso de música, história, poesia, filmes e desenhos, para ensinar num clima de descontração. A autora preocupa-se, também, em propor atividades que permitam conhecer o que a criança já sabe, o que ela tem construído de conhecimento sobre

de onde vêm os bebês, sobre relações de gênero e outros assuntos, a fim de ensinar a partir daí.

O livro de Camargo e Ribeiro (1999) traz excelentes exemplos de como professores da Educação Infantil e de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental podem, por meio de projetos organizados, tratar de uma ou várias temáticas da sexualidade de maneira diversificada e envolvendo o aluno de forma ativa e prazerosa, em todo o processo de aprendizagem.

Entrevistar pessoas sobre questões ligadas à sexualidade costuma ser, também, uma atividade proveitosa. Pode-se entrevistar avós, tios e pais sobre como era o namoro no tempo deles, ou sobre como foi que aprenderam sobre de onde vêm os bebês, quem foi que lhes ensinou etc. O material colhido nas entrevistas é levado para a sala de aula e explorado. Um outro lado positivo deste exercício, apontado pelos próprios professores, é a possibilidade que traz de abrir espaço de comunicação entre a criança e a família sobre este tema tão pouco abordado em casa.

Um exercício, denominado “questionário”, de fácil aplicação em sala de aula, tem se mostrado funcional, porque, além de envolver o aluno de maneira ativa no aprendizado, ajuda a identificar, de antemão, o que ele já sabe a respeito do mesmo. Trata-se de uma relação com vários itens (aproximadamente vinte), alguns falsos, outros verdadeiros, sobre um tema, e o aluno deve assinalar, individualmente, em sua folha, se concorda ou discorda do enunciado. Para ilustrar alguns enunciados que fazem parte do questionário sobre masturbação, citam-se:

- a masturbação é uma atividade sexual normal para homens e mulheres de todas as idades;
- o hábito de se masturbar prejudica o relacionamento com pessoas de outro sexo;
- muitas pessoas que se masturbam sentem-se culpadas;
- com a masturbação a mulher nunca chega ao orgasmo.

No questionário, que trata de verificar os conhecimentos básicos, alguns dos itens aos quais o aluno deverá assinalar, se acha certo ou errado, são:

- se tiver uma relação sexual durante a menstruação, a mulher dificilmente engravida;
- o impulso sexual de uma mulher é tão forte quanto o de um homem;
- é necessário um pênis grande para que a mulher tenha satisfação;
- existem apenas alguns dias do mês nos quais a mulher pode engravidar.

Neste exercício, depois que o aluno assinala suas respostas, abre-se para o bate-papo dois a dois, ou três a três, e, na seqüência, inicia-se o debate aberto. No livro de Barroso

e Bruschini (1985), de onde foram retiradas as frases acima, encontramos vários modelos de questionários, de temas variados.

Há, ainda, recursos próprios de educação moral e que podem ser adaptados para a Educação Sexual. Será destacada aqui, a estratégia de clarificação de valores, proposta por Buxarrais (1997), que abrange três técnicas:

– “diálogos clarificadores”: consiste de perguntas feitas ao aluno, na ocasião em que está expondo uma ou mais opiniões e que o ajudam a aprofundar nas suas reflexões. Exemplos:

- Você está de acordo com esta opinião?
- Pode explicar as suas razões para ser contra (ou a favor)?
- Você saberia apontar uma outra razão importante no caso?
- Alguém saberia apontar uma outra razão?

– “frases inacabadas”: pede-se aos alunos para completarem algumas frases, depois, discutilas em pequenos grupos e, finalmente, no grande grupo. Pode-se, também, recolher todas as frases completadas e distribuí-las, anonimamente, para análise e discussão posterior. Cada frase é preparada de acordo com o tema em estudo. Como exemplo, citam-se:

- Para mim, a primeira vez de um garoto ou garota ser.....;
- Se um dos parceiros não tem intenção de iniciar-se sexualmente, o outro deve.....;
- A anticoncepção é responsabilidade da(o).....;
- Eu penso que masturbação.....;
- Na minha opinião, a pessoa homossexual.....

– “exercícios auto-expressivos”: pode ser, por exemplo: carta pessoal que o aluno escreve a um amigo invisível, ou a um profissional, falando de dúvidas, medo, preocupação ou angústias relacionados a sexualidade. É possível montar um esquema no qual as cartas são distribuídas de forma anônima e depois discutidas pela classe; alguém pode assumir o papel de amigo, que responde a carta.

Um trabalho diferente também pode ser feito com o uso de cartas ou depoimentos de adolescentes encontrados, geralmente, em revistas *teens*. O livro “Conversando sobre sexo”, de Suplicy (1983), traz uma infinidade de trechos de cartas de adolescentes. Em sala de aula, pode-se dar para os alunos lerem, darem sua opinião e depois fazerem um bate-papo a dois e, por último, o debate aberto. Se houver tempo suficiente, na seqüência, pode-se fazer uma dramatização, em que algum aluno faria o papel do autor da carta, indo para o centro do círculo, e os demais colegas dariam conselhos. Segundo Paiva (2000), o “exercício de dar conselhos” é importante para levar o jovem a sair da postura de acusação, para a postura de ajuda e solidariedade.

Num texto em que se dispõe a refletir sobre como ensinar o assunto sexualidade, a atenção acaba voltando-se, também, para quais conteúdos ensinar. Os PCNs os organizam em três blocos:

- corpo, matriz da sexualidade;
- relações de gênero;
- prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDs. (BRASIL, 1998 e 2000)

Ter relações de gênero como um dos blocos de conteúdo é imprescindível para assegurar o êxito da Educação Sexual. Tal conteúdo merece ser considerado o esteio de todo o processo educativo voltado às questões da sexualidade, pois como aponta Paiva (2000), dificilmente o sexo seguro, com o uso da camisinha, é incorporado se não forem trabalhadas as relações de gênero durante a atividade educativa de prevenção. Afonso (2001) reforça esta posição ao afirmar que um melhor aproveitamento e uso das informações sobre sexualidade estão diretamente relacionados com representações igualitárias de gênero.

Integrando o bloco “corpo, matriz da sexualidade”, há toda uma gama de temas a serem trabalhados, tais como: concepção, gravidez, parto, métodos contraceptivos, masturbação etc. No que diz respeito à seleção e seqüenciação dos temas, é oportuna a afirmação de Peres *et al.* (2000), de que

O ideal é não trabalhar com uma programação prévia e fechada dos temas a serem desenvolvidos. Nada impede que o educador acrescente temas, desde que estejam relacionados com os interesses dos adolescentes. É sempre mais produtivo organizar seu trabalho a partir do levantamento de temas e expectativas do grupo. (op. cit., p. 24)

Sobre esta questão, no entanto, Egypto (1985) oferece uma outra contribuição, quando afirma que, embora seja muito importante trabalhar a partir de temas dos interesses dos educandos, há temas que são indispensáveis e que os educadores precisam abordá-los, mesmo que não solicitados.

Um cuidado especial no ensino da sexualidade merece ser registrado. Trata-se de atentar para a necessidade de recapitulação e de retomada dos conteúdos que já foram trabalhados. Os alunos precisam ter várias oportunidades de ver, rever, discutir e tornar a discutir um tema, pois educar sexualmente é um processo formativo, portanto longo. É por isso que os PCNs propõem que seja de forma sistemática, no decorrer de todas as séries escolares, a começar pela Educação Infantil. Este modo de trabalhar pode contribuir para erradicarmos, de vez, das escolas, a idéia de que se faz Educação Sexual chamando profissionais para ministrar palestras aos alunos.

Se temos como princípio norteador a concepção de que o aluno deve ser visto como ativo em todo o processo de aprendizagem, é necessário atentar, também, para a possibilidade de busca, por ele mesmo, de conhecimento, de idéias e de informações, como forma de completar todo aprendizado que ocorre no espaço da sala de aula, planejado e coordenado pelo professor. No caso da busca pelos alunos, além da pesquisa, a leitura deve ser encarada como uma estratégia de excelência. Num trabalho anterior, assim ressaltai a importância da leitura:

O potencial dinamizador da Educação Sexual poderá ser explorado em toda a sua extensão, se for aliado a um trabalho de instrumentalização do educando, para que seja um sujeito ativo em todo o processo de aprendizagem. Uma das melhores e mais completas formas de se chegar a isso é através da formação do leitor. À medida que o professor desenvolve no aluno o gosto pela leitura e o ajuda a encarar os livros como fontes de informação, onde ele pode buscar, além do conhecimento e entretenimento, respostas para muitas dúvidas, o estará instrumentalizando para que possa continuar se auto-educando e se atualizando constantemente, ao longo de sua vida. (FIGUEIRÓ, 2001a, p. 161)

Vários livros de Educação Sexual escritos para adolescentes podem ser usados como recursos complementares, sem, no entanto, dispensar o diálogo entre educador/educando e, principalmente, os debates. Entre eles, citam-se, como exemplos: Aratangy (1998), Confort e Confort (1980), Suplicy (1983, 1988), Vasconcelos (1985) e Wüsthof (1994). Aponto sempre para os professores que é muito bom, para eles próprios, lerem este tipo de livros, pois os ajuda em sua preparação e, principalmente, os ajuda a repensar a sua visão sobre a sexualidade.

Como já vimos, a Educação Sexual tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobre tudo que é ligado ao sexo. No entanto, ensinar sobre sexualidade no espaço da escola não se limita a colocar em prática estratégias de ensino. Envolve ensinar, através da atitude de educador, que a sexualidade faz parte de cada um de nós e pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade. Educar sexualmente é, também, possibilitar ao indivíduo o direito a vivenciar o prazer. Isto nos leva, diretamente, a pensar na questão da masturbação.

Até mesmo muitos professores de escolas regulares não sabem o que pensar e como proceder diante da masturbação; carregam consigo séries de tabus e de preconceitos sobre ela. Pensam, às vezes, que o aluno se masturba devido a problemas psicológicos; em alguns casos, têm a infeliz atitude de chamar os pais, contar-lhes que seu filho se masturba e

pedir-lhes, geralmente, que o levem a um psicólogo. Nada disso tem fundamento e a única atitude a tomar é dizer, particularmente, ao aluno, que o que ele está fazendo é saudável e bom, mas que deve fazê-lo num ambiente de privacidade. A masturbação é positiva para o indivíduo, faz bem à saúde e é parte do processo de conhecer-se e sentir seu corpo. Se praticada sem repressões, é um bom treino para a vida sexual futura, a dois.

Se uma criança masturba-se excessivamente – e é difícil dizer o que é excessivo neste comportamento –, a masturbação deve ser vista não como um problema, mas como um sinal de algo que não está bem no campo emocional e afetivo dela; desta forma, talvez esteja precisando de ajuda psicológica. Outras vezes, pode não ser isso; a criança pode estar bem emocionalmente. É o que acontece em alguns casos, quando o aluno, ou aluna, continua a masturbar-se dia após dia, mesmo depois de a professora haver lhe sinalizado que isto é para ser feito em ambiente privado. É necessário então, conversar com ele ou ela em particular, e falar-lhe da importância de consultar um médico, pois às vezes, tem algum corrimento ou coceira, que pode ser consequência de má higiene ou de alguma infecção ginecológica. Neste caso, é preciso explicar-lhe que sua mãe será requisitada, a fim de participar dos encaminhamentos a serem tomados.

Em se tratando de indivíduos deficientes mentais, precisamos ter claro que a masturbação é tão saudável e necessária quanto para as pessoas em geral. O comportamento masturbatório, muito freqüente, às vezes, em pessoas deficientes mentais não significa que possuem a sexualidade exacerbada; sua sexualidade em nada difere das demais pessoas; é que, para muitos, é uma das poucas formas de obter gratificações e prazer, já que suas demais possibilidades de consegui-los são extremamente limitadas. Facion (*apud* FERREIRA, 2001) defende a necessidade de ser reconhecido o direito dos indivíduos deficientes de poder viver o prazer sexual, precisando para isso que o adulto deixe claro os locais onde ela é possível de ser praticada; fala em colocar limites, mostrar que é uma atividade positiva, que pode ser praticada, porém, de forma privativa. O autor propõe, ainda, que, nos casos de deficiência mental severa, os pais ensinem seus filhos a masturbar-se, para que não se machuquem e, se necessário, que até forneçam-lhes modelos.

Lidar tranqüila e positivamente com uma situação de masturbação, ou com qualquer outra forma de manifestação da sexualidade, é também estar ensinando, no espaço da escola, pois a postura correta do educador leva o aluno a elaborar uma visão positiva sobre a sexualidade. No entanto, para conseguir lidar com tranqüilidade, o professor precisa ter a oportunidade de rever o que sabe, o que pensa e o que sente sobre masturbação e outras questões.

Quando falamos em direito a vivenciar o prazer, isto nos faz pensar em um outro aspecto também ligado a esta questão. Trata-se de informar a criança sobre a existência e a importância do prazer, na vida das pessoas. Quando, com muita sorte, uma criança ou adolescente consegue encontrar um adulto que o ajude a aprender sobre os mistérios da sexualidade, no caso em especial, sobre como se dá a concepção, esse adulto, geralmente, vai falar da relação sexual como algo feito para ter filhos. É preciso comentar também, com a criança, que o casal faz sexo para dar e receber prazer, carinho e afeto e, não apenas para ter filho. Em muitas situações, o que os professores falam é sobre o processo da concepção/reprodução, de forma técnica, ou seja, que o espermatozóide se encontra com o óvulo e assim por diante, deixando de abordar a relação sexual em si.

O aluno espera muito mais do que uma aula informativa e se envolve muito pouco e aprende muito pouco quando a forma de ensinar restringe-se a isso. Em contato recente, uma professora de Ciências afirmou-me que já vem constatando, há vários anos, que seus alunos da 7ª série do Ensino Fundamental demonstram não conseguir dominar devidamente o conteúdo relativo ao “aparelho reprodutor feminino e masculino” pertinente ao programa desta série. Diz que trabalha o conteúdo de forma expositiva e que, nas avaliações, verifica que não houve aprendizado, nem fixação do conteúdo; reconhece que sua forma de expor é dogmática.

Por outro lado, um determinado professor, também de Ciências, no Ensino Fundamental e Médio, que participou durante um ano do Grupo de Estudos sobre Educação Sexual ao qual já me referi, afirmou, numa situação de entrevista:

*Nossa! O Grupo de Estudos abriu minha cabeça! Assim: 360 graus! Porque, até então, a minha visão era aquela do aparelho reprodutor, enquanto morfologia e fisiologia. E eu não dava aula de sexualidade; eu dava aula de Biologia do aparelho reprodutor. Hoje não! Hoje, lendo todas aquelas bibliografias, a gente agora fez uma abertura: **eu entendi o outro lado da sexualidade**. Eu não entendia a sexualidade; eu entendia sobre o aparelho reprodutor, masculino e feminino. [...] Naquele curso, eu abri caminhos. Literatura pra se ler e depoimentos de todos os colegas que quebram aquela vergonha [...] E outro: eu dava aula; **hoje eu não dou aula. Hoje eu converso com o pessoal**; eu respondo questões. É por aí; sabe? E o pessoal gosta muito.*

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos Grupos de Estudos sobre Educação Sexual que desenvolvo, a grande maioria dos professores chega ávida por conhecer as técnicas de ensino; alguns, eu diria, vêm em busca de “receitas” que possam ser aplicadas. A preocupação resume-se, então, em *como*

ensinar. Isto também é incluído como parte do conteúdo programático, pois é imprescindível, mas, antes de chegarmos às estratégias, há algumas reflexões em que precisam envolver-se, procurando entender, por exemplo, por que e para que se deve fazer Educação Sexual e qual o papel do educador. Um educador que, de fato, pretende ter êxito nas aplicações das estratégias de ensino, necessita passar por reflexão pessoal sobre o tema e também por revisão dos próprios valores, dos próprios sentimentos, dos possíveis tabus e preconceitos existentes a esse respeito. A importância deste processo fica claramente compreendida, quando lemos o depoimento de uma professora que participou de um desses Grupos:

Quanto à minha expectativa, esta gira em torno não só da ampliação de conhecimentos, mas principalmente quanto a trabalhar em mim a naturalidade no que diz respeito a este assunto, para que eu possa melhorar o meu desempenho para com os meus alunos. Sinto que, na medida em que isso for se resolvendo em mim, não precisarei de receitas para trabalhar mas, será algo que surgirá naturalmente e, sem dúvida, surtirá um melhor efeito. (FIGUEIRÓ, 2001b, p.115)

Além disso, para que toda e qualquer iniciativa de educar sexualmente seja funcional, é necessário que os professores tenham fortalecido em si a atitude de reconhecimento de que é função da escola, também, ensinar sobre sexualidade para os alunos, não porque os pais, na maioria das vezes, não sabem fazê-lo; não apenas porque existem problemas sociais ligados à vivência da sexualidade, como gravidez na adolescência e contaminação por DST e Aids; mas, sobretudo, porque é função da escola como parte do processo de formação integral do educando. Se o professor não sentir a tarefa como sendo sua, de nada adianta conhecer estratégias de ensino, ou mesmo tentar colocá-las em prática. O resultado, qualitativamente positivo, só será obtido se o trabalho for feito com alegria, satisfação e espontaneidade e, para isto, há que se começar por sentir que o trabalho é seu. (FIGUEIRÓ, 2001b)

Considerando o professor como um profissional que constrói saber em sua prática cotidiana, os modelos de estratégias aqui propostos devem ser vistos apenas como idéias, sugestões. Será a reflexão sobre e durante a ação, complementada com a reflexão junto aos demais professores, que assegurará o avanço constante na forma de ensinar sobre sexualidade.

Voltando à idéia de escola *inclusiva*, e atentando para o fato de que este termo diz respeito ao acolhimento a toda forma de diversidade, não devendo referir-se apenas ao acolhimento dos indivíduos portadores de necessidades educacionais especiais, segundo apontou Póker (2003b), educar sexualmente os alunos implica também em ensinar atitudes de respeito para com todos os alunos, ou colegas professores, que vivem sua sexualidade de maneira diferente da maioria, e aqui se inclui, por exemplo, os indivíduos homossexuais.

Não basta ensinar; é preciso viver e reaprender, constantemente, o respeito à diversidade e para dar conta disto, faz-se necessário acompanhar a dinâmica que vem se processando no campo da diversidade sexual, apontada por Peres (2002):

- a emergência, na década de 90, de pesquisas e publicações voltadas para os Estudos de Gays Lésbicas (Queer Theory);
- o aumento de grupos Gays e Lésbicos reivindicando direitos e participação na vida social e política da sociedade;
- o “boom” das ONGS/AIDS, sustentando as ações de prevenção e assistência às pessoas vivendo com HIV/AIDS;
- as organizações de grupos de travestis e transexuais buscando sua emancipação psicossocial e política;
- a organização das mulheres trabalhadoras do sexo. (PERES, 2002, p. 8)

Diante disto, o autor faz um alerta para a urgência em

colocar em análises nossos valores e conceitos, de modo a nos tornarmos mais tolerantes e produzir sentimentos de solidariedade para com os outros, assim como, estimular a criação de políticas de solidariedade que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e cidadã. (PERES, 2002, p. 8)

Finalmente, é importante lembrar que, quando não se fala de sexualidade, ou seja, quando se opta por não trabalhar no espaço da escola, como tem acontecido muito freqüentemente, mesmo assim está acontecendo o ensino da sexualidade, pois o silêncio é também uma forma de educar. Com ele, os alunos aprendem que este é um assunto tabu.

Posso dizer que, além dos vários resultados positivos obtidos junto e para os alunos, haverá sempre um ganho pessoal e profissional para o educador que se dispuser a ensinar no espaço da escola, pois como diz Naumi de Vasconcelos (1985), “Falar sobre sexo é a melhor maneira de se vencer a culpa e a vergonha a ele associadas”. (*op. cit.*, p.59)

Encerro este artigo, dando voz a uma professora que vem atuando como educadora sexual: “se o professor se encorajar realmente, “botar a mão na massa” e resolver trabalhar a Educação Sexual, vai ser muito gratificante, porque o retorno é muito bom. As crianças dão um retorno assim, que a gente não acredita! É muito gratificante!”.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Lúcia. *A polêmica sobre adolescência e sexualidade*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social. 2001.

ARATANGY, Lídia Rosenberg. *Sexualidade: a difícil arte do encontro*. São Paulo: Ática, 1998.

BARROSO, Carmen, BRUSCHINI, Cristina. *Sexo e juventude: como discutir sexualidade em casa e na escola*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1985.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000 v.10.

BUXARRAIS, Maria Rosa. *La formación del profesorado en educación en valores: propuesta e materiais*. Bilbao: Edit. Desclée de Browwer, 1997.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. *Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal*. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1999.

CONFORT, Alex, CONFORT, Jane Tristan. *ABC do amor e do sexo: orientação sexual para adolescentes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

DENARI, Fátima Elizabeth. *O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo nem fera*. São Carlos, 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Carlos.

EGYPTO, Antonio Carlos. À guisa de conclusão. In: BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Cristina. *Sexo e juventude: como discutir sexualidade em casa e na escola*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1985. p.79-82.

FERREIRA, Solange Leme. (Org.). *Teatro e deficiência mental: A arte na superação de nossos limites*. São Paulo: Memnon, 2002.

_____. Sexualidade na deficiência mental: alguns aspectos para orientação de pais. *Temas de Desenvolvimento*, v.10, n.55, p.;35-9, 2001.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual: problemas de conceituação e terminologias básicas adotadas na produção acadêmico-científica brasileira. *Semina: Ciências Sociais/Humanas*, v.17, n.3, p.286-293, set. 1996.

_____. *Educação Sexual no dia a dia: 1ª coletânea*. Londrina: [s.n.], 1999.

_____. *Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio*. 2.ed. Londrina: UEL, 2001a.

_____. *A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites*. Marília, 2001b. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de São Paulo.

GUIRADO, Marlene. Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcances para a escola. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p.25-42.

MACHADO, Júlio César Faria. *Sexo com liberdade*. São Paulo: Vozes, 1995.

PAIVA, Vera. *Fazendo arte com camisinha: sexualidades jovens em tempo de Aids*. São Paulo: Summus, 2000.

- PERES, Camila Alves et. al. *Fala educadora! Educador!.* [s.l.]: Organon, [2000?].
- PERES, William Siqueira. *Sexualidades, adolescência e educação.* Londrina, 2002. Apostila.
- POKER, Rosimar Bortoloni. Formação do professor e pedagogia inclusiva. In: I CONGRESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, maio, 2003, Ourinhos, SP. *Anais...* São Paulo: Faculdades Integradas de Ourinhos, 2003a. p.27-37.
- _____. *Formação do professor e pedagogia inclusiva.* In: I CONGRESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, maio, 2003b, Ourinhos, SP. Anotações de palestra.
- RENA, Luiz Carlos Castello Branco. *Sexualidade e adolescência: as oficinas como prática pedagógica.* Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- RIBEIRO, Cláudia. *A fala da criança sobre sexualidade humana: o dito, o explícito e o oculto.* Lavras, MG: Universidade Federal de Lavras; Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.
- RONCA, Antonio Carlos Caruso; ESCOBAR, Virginia Ferreira. *Técnicas pedagógicas: domesticação ou desafio à participação?* Petrópolis: Vozes, 1984.
- SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. *Aprendendo a ser e a conviver.* 2.ed. São Paulo: FTD, 1999.
- SUPLICY, Marta. *Sexo para adolescentes.* São Paulo: FTD, 1988.
- _____. *Conversando sobre sexo.* São Paulo: [s.n.], 1983.
- VASCONCELOS, Naumi de. *Amor e sexo na adolescência.* São Paulo: Moderna, 1985.
- VITIELLO, Nelson. (Org.). *Manual de dinâmicas de grupo.* São Paulo: Iglu, 1997.
- WEREBE, Maria José Garcia. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.36, p.99-110, fev. 1981.
- WÜSTHOF, Roberto. *Descobrir o sexo.* São Paulo: Ática, 1994.

Mary Neide Damico Figueiró
E-mail: figueiro@onda.com.br

Recebido: 20/08/2003
Aprovado: 10/02/2004